

Que comam Nestum!

Tribuna Fome no Sul da Europa
Patrícia Vieira

A recente notícia de que, na Grécia, é agora permitido vender produtos alimentares que estejam fora do seu prazo de validade a um preço mais barato evidencia a situação desesperada a que chegou o país. Os cortes de salários e pensões, o aumento dos impostos e um desemprego galopante tornaram muitos alimentos simplesmente inacessíveis para um vasto segmento da população. Muitos gregos enfrentam assim uma escolha difícil: ou passar fome ou comer comida que, de acordo com os padrões estabelecidos pela própria indústria alimentar, é imprópria para consumo humano.

Já em Portugal, a Nestlé revelou no início deste mês que a venda de Nestum e outras papas aumentou exponencialmente. Mais baratas do que uma refeição completa, as papas têm vindo a substituir o almoço ou jantar tradicionais não só de crianças mas também de um cada vez maior número de adultos carenciados. Para esta situação contribuiu certamente a alteração no início de 2012 da taxa do IVA aplicada à venda de numerosos alimentos (refrigerantes, conservas, congelados pré-cozinhados, etc.), que passaram a ser tributados à taxa máxima de 23%.

Para além dos evidentes problemas nutricionais que estas mudanças alimentares acarretam, o reaparecimento do espectro da fome no Sul da Europa tem consequências políticas de monta. Recordemos a tese de Joseph Townsend que, em finais do século dezoito, defendia que a fome é o mecanismo mais eficaz para levar os pobres a trabalhar. Um crítico feroz da Lei Speenhamland, precursora dos modernos sistemas de segurança social, Townsend defendia que os pobres, tal

como os animais selvagens, só podiam ser “domesticados” e levados a realizar tarefas úteis se pressionados pela ameaça da fome.

A indiferença dos políticos europeus face à dificuldade enfrentada por um cada vez maior número de famílias no Sul da Europa em alimentar-se convenientemente leva-nos a perguntar: estaremos perante um neo-townsendianismo? Se aqueles que necessitam de fundos do Governo para subsistir são rotineiramente apelidados pela direita de parasitas, não será o espectro da fome um incentivo conveniente para fazê-los trabalhar, de preferência por salários baixos (recordemos, é preciso aumentar a produtividade!)?

O que está aqui em causa é uma infantilização da população, da qual o aumento do consumo de papa Nestum é um triste sintoma. Privados de qualquer

controlo sobre as políticas draconianas de austeridade ditadas pelos membros não-eleitos da *troika*, os cidadãos de Portugal e da Grécia são tratados como crianças, incapazes de tomar decisões sobre o futuro dos seus países.

A nossa paternalista elite política que, mera executora das ordens da *troika*, nos assegura que a situação está sob controlo, lembra uma personagem

de um filme de acção de Hollywood: o condutor de um comboio sem travões prestes a cair num abismo.

Pior do que este paternalismo, só a completa insensibilidade patente nas declarações de muitos políticos face às dificuldades do cidadão comum. Lembremos as palavras da ministra Assunção Cristas em resposta aos críticos do aumento do IVA na alimentação: se não têm dinheiro para dar aos seus filhos boiões de carne, peixe ou frutas, os pais deveriam alimentar as crianças com fruta em estado natural.

As palavras de Assunção Cristas ecoam a tristemente famosa frase atribuída a Maria Antonieta que, à informação de que o povo francês não tinha pão, teria respondido: “Que comam brioches!” É sobejamente conhecido como terminou a última rainha de França. Resta saber se continuaremos de braços cruzados enquanto a Europa dos PIGS se transforma, paulatinamente, na Europa do Nestum.

Professora na Univ. de Georgetown



Eleições municipais: gato escondido...

Debate Poder autárquico
António Eloy

Uma das decisões mais surpreendentes dos nossos representantes, abdicando do poder que lhes outorgamos, fazendo tábua rasa da eficiência na condução da gestão, da simplificação dos processos democráticos e claro mandando às malvas a poupança e a economia de muitos e os meios dessa, e muitos milhares de euros, uma das decisões mais surpreendentes (e ainda mais surpreendente é ninguém falar dela e ninguém se ter mostrado surpreendido!) é a recusa, por birra, picuinhas e claro defesa dos interesses da sua nomenclatura e interesses partidocráticos da revisão da legislação eleitoral autárquica.

E dado que estamos a falar de cerca de 50.000 eleitos, sim cerca de cinquenta mil eleitos (mais do que os membros activos de todos os partidos políticos juntos) e mais 3 ou 4 mil assessores, com senhas de presença, ajudas de custo, prebendas e ofertas muitas, pequenos poderes por aí, e nalguns casos (dos assessores) salários acima de 1.º ministro, e se juntarmos as famílias e etc., pois então, estamos a falar de 1% da população portuguesa (2 a 3% da que vota) com cargos autárquicos.

E vamos lá a ver, temos um sistema que julgo não existe em mais lugar nenhum do mundo habitado. (Não sendo tema deste artigo registro que é responsabilidade do poder local algum do melhor que temos no país, mas também quase todo o pior dispilfário de recursos e degradação do território, local e regional! Juntamente com as conhecidas obras impudicas.)

Resultado do 25 de Abril, a eleição para os municípios (recordemos que antes o presidente da câmara era nomeado pelo Governo de entre notáveis locais ou amigos), com objectivo do maior controlo da gestão e para propiciar o envolvimento do maior número de membros dos partidos nos processos de decisão, sem qualquer referência que sustenta-se essa peregrina ideia (e recordemos até há bem pouco excluindo os independentes, que ainda sofrem as passas do Algarve devido à absurda legislação que os implica!), decidiram os deputados da nação (pressionados como sabemos por uma ideia louca chamada... poder popular) eleger o executivo municipal (presidente e vereadores), o que não faz qualquer sentido e é uma novidade revolucionária que mantemos ainda nos dias de hoje, e uma assembleia que é um centro de aprendizagem para outros cargos na vida política (uma espécie de jotinhas) que não serve absolutamente para nada

(embora tenha o que é o primeiro poder das assembleias eleitas que é aprovar, e/ou quase nunca, chumbar o orçamento que o tal executivo (eleito!) lhe propõe (com outro caso único no mundo, desta assembleia fazem parte membros que para ela não foram eleitos, mais uma senha de presença prá mesa do canto!, que são os presidentes de junta, que assim apresentam, quando é o caso, o seu caderno de encargos para venderem o seu voto!).

Temos, de facto, um sistema eleitoral autárquico único (e não esqueçam os 50.000, sendo que por lá já passaram todos os que conhecemos e não conhecemos,



Elege-se uma assembleia (de freguesia), o partido ou grupo de cidadãos mais votado fica com a presidência (da junta) e constitui o executivo no âmbito da assembleia tendo em conta os resultados eleitorais e a sua vontade



votado fica com a presidência (da junta) e constitui o executivo no âmbito da assembleia tendo em conta os resultados eleitorais e a sua vontade.

Os escolhidos saem da assembleia e são substituídos pelo seguinte da sua lista.

O executivo gere e a assembleia, com mais poderes, controla!

Por que razão é tão difícil reformar o anquilosado sistema eleitoral municipal?

A resposta está dada, o rabo do gato está bem à vista...

Cidadão e activista ambiental,
independentes.autarquias2013@gmail.com

multipliquem por 12 eleições!!! e são 600.000 eleitos, embora claro muitos tirem senha até morrerem! No cargo).

Não admira que ninguém se manifeste contra este absurdo. Todos estão em torno da malga! Ora o Zé Povo é que a paga e nunca a prova.

Pois é preciso que alguém diga “o rei vai nu”.

Mudar o sistema é a coisa mais simples e não é preciso inventar receitas.

Mas e essa é, eis outra surpresa, ao mesmo tempo que criaram estas originalidades para os municípios, os senhores deputados criaram um sistema simples, prático e funcional para as freguesias.

Elege-se uma assembleia (de freguesia), o partido ou grupo de cidadãos mais